

7.08.99 - Educação

## A REALIDADE DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

Elionara V. Sampaio<sup>1\*</sup>, Ana K. Mendes<sup>1</sup>, Cristiane R. Silva<sup>1</sup>, Luciana F. Costa<sup>1</sup>, Renata G. Trindade<sup>1</sup>, M<sup>a</sup> Elcineide de A. Marialva<sup>2</sup>

1. Graduando do Curso de Licenciatura da UFRA/Campus Tomé-Açu

2. Professora/Orientadora-UFRA/Campus Tomé-Açu

### Resumo:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB se configura como um fundo de natureza contábil no âmbito estadual, garantindo recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento da educação básica. É uma forma peculiar de concentrar e distribuir recursos, tornar mais efetiva a cooperação entre os diferentes níveis de governo e no provimento das responsabilidades assumidas em relação ao atendimento da educação pública. Diante desse contexto, objetiva-se averiguar a política de financiamento via FUNDEB na rede pública de ensino municipal de Tomé Açu. Com relação a metodologia, realizou-se levantamento bibliográfico sobre o tema, assim como pesquisa documental. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2012 a 2016. Desenvolveu-se pesquisa de campo por meio de entrevista com o Secretário de Educação do município de Tomé-Açu. A partir das análises dos dados coletados percebeu-se que a educação infantil recebe os menores valores se comparado com o ensino fundamental. Observou-se que há disparidades nos valores por aluno/ano do FUNDEB entre os valores de distribuição do estado para o município. Visa-se contribuir para a construção de uma reflexão em relação aos investimentos aplicados na educação do município de Tomé-Açu.

**Palavras-chave:** Educação Básica; FUNDEB; Tomé-Açu.

### Introdução:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB garante recursos financeiros para atender os níveis e modalidades da Educação Básica pública. Regulamentado pela Medida Provisória nº339, de 2006 e sacionado por meio da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, dispõe sobre sua organização e o funcionamento. Tem como propósito tornar mais efetiva a cooperação entre os entes federativos, no provimento dos recursos e nas responsabilidades assumidas em relação ao atendimento da Educação Básica. (MEC, 2007)

Formado, quase que totalmente, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, o FUNDEB, visa distribuir de maneira adequada os investimentos para o atendimento da educação básica. Além desses recursos, há complementação de uma parcela dos recursos federais, caso no âmbito de cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. (CALLEGARI, 2014)

De acordo com Mendes (2012), o recurso desse fundo é destinado exclusivamente para à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores da educação, incluindo a remuneração destes. Davies (2006) expressa que para os profissionais do magistério da educação básica, seriam reservados pelo menos 60% do FUNDEB.

Assim sendo, o FUNDEB, na esfera de cada Estado compreende, simultaneamente, o governo estadual e todos os governos municipais, na condição, de provedores e beneficiários dos recursos que constituem esse Fundo e que o mesmo distribui proporcionalmente às respectivas matrículas na educação básica pública, visto que o atendimento que lhe determina o Art. 211 da Constituição Federal de 1988: os Estados atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e médio, os Municípios participarão, obrigatoriamente, no ensino fundamental e na educação infantil. (CALLEGARI, 2014)

Os valores distribuídos por aluno (ano) são calculados no âmbito do ensino fundamental para os anos iniciais urbanase rurais, e ainda, os quatro anos finais urbanas e rurais e a educação especial sejam inferiores aos valores por aluno/ano verificados no último ano de vigência do Fundef que se refere a 2006.

Nesse sentido, objetivou-se averiguar a política de investimento via FUNDEB na rede pública de ensino municipal de Tomé Açu no período de 2012 a 2016.

Muito já foi escrito sobre o FUNDEB, portanto é necessário observar a partir do estudo de caso, as características e os efeitos do fundo no município, como exemplo Tomé-Açu. Considerando, a capacidade de cada município em prover osserviços básicos, além de que o fundo público é derivado da arrecadação dos impostos e contribuições possivelmente distribuída de forma desigual entre os entes federados.

### Metodologia:

A pesquisa relacionada ao financiamento da educação básica que trata sobre o FUNDEB é de fundamental importância, tanto para a sociedade como para a comunidade local, no intuito de se obter informações que possam esclarecer acerca do tema abordado, implicando conhecimentos a respeito das políticas públicas educacionais.

Esta proposta inscreve-se numa abordagem qualitativa, por entender a realidade social como dinâmica, no qual interagem sujeito e objeto, já que ambos são de natureza idêntica. Além disso, também se utilizará de dados quantitativos, por se utilizar de números para apresentar os dados coletados.

Quanto aos meios de investigação, este estudo caracterizou-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental, pois de acordo com Gil (2009), a pesquisa documental utiliza-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Assim, a pesquisa caracteriza-se como documental, visto que se utilizará como fonte de informações documentos, tais como: leis, dados estatísticos, balanços financeiros, entre outros. Os dados obtidos foram coletados junto ao site público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), afim de obter respostas aos objetivos da pesquisa.

Realizou-se também a pesquisa de campo, por considerar de acordo com Gil (2009), esse tipo de pesquisa procura aprofundar uma realidade específica que é basicamente realizada por meio da observação direta das atividades e de entrevistas com informantes para captar as explicações de interpretações do que ocorrem naquela realidade.

Para a coleta de dados foi realizada entrevista semiestruturada com gestor competente da Secretaria Municipal de Educação e Desporto - SEMED de Tomé Açu, pois de acordo com Minayo (2008), a entrevista é uma oportunidade de conversar face a face, utilizada para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, fornece dados básicos para “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” em relação aos atores sociais e contextos específicos.

O recorte temporal analisado foi do período de 2012 a 2016, por ser considerado de fácil análise dos dados.

Para o tratamento dos dados coletados foi feito a análise de conteúdo, pois, é uma técnica que visa à interpretação de material qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos.

### **Resultados e Discussão:**

De acordo com as planilhas de 2012 a 2016, foram selecionados os dados estatísticos da estimativa do FUNDEB no município de Tomé-Açu como visto na tabela 1, observou-se que a Educação Infantil recebe os menores valores se comparado com o ensino fundamental, que equivale a nove anos, acarretando assim um número maior de matrículas. No entanto se faz uma ressalva, para que haja qualidade em relação a todos os níveis da educação básica, onde a base que sustenta os níveis seguintes necessita ser mais bem equiparado. Corroborando com Gaspar (2012), significa dar à Educação Infantil o status de base, o que compreende que é desde o nascimento que se começa a organizar as estruturas neurológicas e psíquicas que dão sustentação a todo o percurso educacional da pessoa. GASPAS (2012) ainda afirma que:

As políticas de financiamento implantadas não garantem a melhoria e a eficiência do ensino se, concomitante ao financiamento, não se estabelecer ações que observam a complexidade excessiva do sistema de financiamento, a carência de normas para organizar a distribuição de responsabilidades entre os vários órgãos que participam do sistema educacional e a ausência de procedimentos eficazes para monitorar e avaliar a distribuição e uso dos fundos públicos. (GASPAS, 2012, p.?)

Ressaltando assim a necessidade do trabalho em conjunto das prefeituras junto aos governos estadual e federal em luta por uma educação pública de qualidade para todos: da creche ao ensino superior. (GASPAS, 2012).

De acordo com os dados observados do município, além do valor aluno/ano das turmas iniciais e finais do ensino fundamental, nota se que nos períodos de 2012, 2014 a 2016 o fundo repassava determinados valores por aluno no período integral do ensino fundamental, informação esta até então desconhecida pois o ensino integral só foi introduzido e aplicado em Tomé-Açu no vigente ano de 2017 em apenas uma escola que está localizada no distrito de Quatro-Bocas.

Quanto aos dados da tabela 2 e comparados com os da tabela 1, observa-se que há uma disparidade nos valores por aluno/ano do FUNDEB entre os valores de distribuição do estado para o município. A educação infantil no município recebe o menor valor ao comparado com o do estado que tem o valor três vezes maior repassado pelo fundo. Quando retrata o ensino fundamental, o valor se difere nas áreas urbana e rural, onde o município tem investimento maior no espaço urbano contrapondo aos valores do estado que se concentram mais na área rural. Esse dado pode evidenciar a discussão que vem sendo pauta de reflexão que seria o fechamento das escolas do campo<sup>1</sup>.

Com relação ao Ensino Médio, o estado recebe a complementação desta modalidade, no entanto ao analisamos a tabela referente ao ensino médio no contexto do município, esse valor desaparece. Assim questiona se o fato dos alunos da modalidade de ensino médio do município não receber esse recurso? Acredita-se que isso ocorre devido constitucionalmente é competência do governo do estado garantir recurso com esse nível de ensino.

Oliveira (2009) ressalta que, o FUNDEB amplia os níveis de ensino a serem atendidos, compete a União estabelecer coeficientes de diferenciação para a destinação de recursos entre os diferentes níveis e modalidades de ensino por meio de complementação quando os estados não atingirem o mínimo e aos estados compete complementação aos municípios quando estes não atingirem o mínimo recomendado pela União.

Presumi-se que o FUNDEB funcione como instrumento para a melhoria das condições de acesso à educação básica, reduzindo a desigualdade entre as regiões e atendendo as necessidades dentro das próprias regiões (CAMPOS & CRUZ, 2009). Para Lima (2005, p. 30), “com a implementação do FUNDEB espera-se que

<sup>1</sup> Ver I Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo. Disponível em: [www.educampoparaense.com.br](http://www.educampoparaense.com.br).

a democracia efetive o seu supremo dever e a União cumpra a sua suprema função com a educação”.

**Tabela 1: Estimativa da receita anual dos recursos do FUNDEB no município de Tomé-Açu/PA.**

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental					Ensino Médio		Estimativas da receita.
		In. Urb.	In. Rural	F. Urb.	F. Rural	Integral	Urbano	Rural	
2012	257,00	5.191,00	4.413,00	2.718,00	895,00	70,00	0,0	0,0	13.544,00
2013	479,00	4.796,00	4.103,00	3.171,00	1.061,00	0,0	0,0	0,0	13.610,00
2014	425,00	4.094,00	3.327,00	3.247,00	1.296,00	1.158,00	0,0	0,0	13.547,00
2015	402,00	2.958,00	2.000,00	2.781,00	990,00	4.323,00	0,0	0,0	13.454,00
2016	455,00	3.039,00	2.623,00	3.547,00	1.623,00	2.951,00	0,0	0,0	14.238,00

Fonte: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**Tabela 2: Receita anual por aluno no Estado do Pará**

Ano	Ed. infantil		Ensino Fundamental					Ensino Médio		Cont. do Est., DF, Município	Comp. da União	Total da receita
	Creche	Pré Escola	IN. Urb.	IN. Rur.	F. Urb.	F. Rur.	Integral	Urbano	Rural			
2012	1.677,35	2.096,68	2.096,68	2.411,19	2.306,35	2.516,02	2.725,69	2.516,02	2.725,69	2.801.784,60	2.214.575,20	21.071,67
2013	1.618,01	2.022,51	2.022,51	2325,89	2.224,76	2.427,01	2.629,27	2.427,01	2.629,27	2.653.309,40	2.154.058,00	20.326,24
2014	2.285,57	2.285,57	2.285,57	2.628,41	2.514,13	2.742,69	2.971,24	2.856,96	2.971,24	3.153.969,80	2.327.797,80	23.541,38
2015	2.576,36	2.576,36	2.573,36	2.962,82	2.834,00	3.091,64	3.349,27	3.220,46	3.349,27	3.615.541,20	2.564.435,60	49.696,54
2016	2.739,87	2.739,87	2.739,87	3.150,85	3.013,85	3.287,84	3.561,83	3.424,83	3.561,83	3.905.751,50	2.607.924,20	28.220,64

Fonte: FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

### Conclusões:

Conclui-se que os valores do recurso do FUNDEB são devidamente repassados ao estado de acordo com os níveis da educação e o mesmo é responsável por distribuir aos municípios. Devido ao não atendimento do órgão e gestor da educação do município de Tomé-Açu, algumas questões ficaram sem respostas em relação aos valores repassados ao período integral do ensino fundamental. Contudo, o trabalho não busca trazer questões conflituosas em relação aos resultados obtidos, mais sim propor uma reflexão sobre os investimentos aplicados na educação do município de Tomé-Açu.

Portanto, há necessidade de se aprofundar o estudo com o intuito de pensar estratégias na tentativa de amenizar as disparidades educacionais tão latentes nesta região.

### Referências bibliográficas

MENDES, Danielle Cristina de Brito. FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil. Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 2, p. 392-412, 2012.

ARELARO, Lisete; GIL, Juca. Política de fundos na educação: duas posições. In: LIMA, Maria José Rocha; DIDONET, Vital. FUNDEB: avanços na universalização da educação básica. Brasília: MEC/INEP, 2006.

CALLEGARI, Cesar (Org.). **O FUNDEB e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo**. São Paulo: Aquariana, IBSA, APEOESP, 2010.

CAMPOS, Bruno Cesar; CRUZ, Breno de Paula Andrade. Impactos do FUNDEB sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **Rev. Adm. Pública [online]**, v. 43, n. 2, p. 371-393, 2009.

CAMPOS, Bruno Cesar; CRUZ, Breno de Paula Andrade. Impactos do FUNDEB sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **Rev. Adm. Pública [online]**, v. 43, n. 2, p. 371-393, 2009.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; COUTINHO, Adelaide Ferreira; DINIZ, Diana Costa. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-dados-estatisticos>, acessado em 13/04/2016 às 11:22 hs.

GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. Os impactos do FUNDEB na Educação Infantil brasileira: oferta, qualidade e financiamento. Revista Evidência, v. 6, n. 6, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. - São Paulo : Atlas, 2009.

LIMA, Maria José Rocha; DIDONET, Vital. **Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: avanços na universalização da educação básica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, R. de F.; TEIXEIRA, B. de B. As políticas de financiamento da educação básica na última década: do Fundef ao fundeb. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL 'O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE**, v. 5, 2009.